

# **O policial militar como carcereiro: a Brigada Militar no Presídio Central de Porto Alegre.**

Iara Passos.

Cita:

Iara Passos (2017). *O policial militar como carcereiro: a Brigada Militar no Presídio Central de Porto Alegre*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/2226>



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**O policial militar como carcereiro: a Brigada Militar no Presídio Central de Porto Alegre**

Iara Passos

[iarapassos@gmail.com](mailto:iarapassos@gmail.com)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Brasil



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### RESUMO

Devido ao grande número de denúncias de violações de direitos humanos aliado a uma série de rebeliões, motins, tentativas de fuga, algumas resultando em mortes de reféns, policiais e apenados, a administração do Presídio Central de Porto Alegre passou para a competência da Brigada Militar, em 25 de julho de 1995 — juntamente com outras quatro casas prisionais do Rio Grande do Sul. O contrato, de caráter emergencial, era previsto para seis meses e depois voltaria para a competência da Susepe (Superintendência de Serviços Penitenciários) mas passados mais de 20 anos a Brigada Militar ainda administra o local — e a Penitenciária Estadual do Jacuí. Não há, porém, treinamento específico para os policiais realizarem o trabalho no presídio, possuindo apenas aqueles para a função de policial militar — em sua maior parte treinamentos para policiamento ostensivo na rua. Atualmente, o Presídio Central tem capacidade para 1.824 apenados, mas abriga 4.676. Ao longo da permanência da Brigada Militar no Presídio Central muito se alterou na forma como a instituição administrou o local, a própria instituição teve que aprender e se adaptar para realizar a função. Nos últimos anos foram sendo implantadas políticas para mediar os conflitos — visando a redução de danos e prezando pelo diálogo — que prejudicavam não só o sistema carcerário — agentes de segurança e apenados — como também a população. Este trabalho propõe-se a apresentar os resultados de pesquisa realizada no Presídio Central durante os anos de 2015-2016, que analisou o trabalho dos policiais militares, a gestão prisional e os mecanismos de resolução de conflitos da Brigada Militar no Presídio Central de Porto Alegre. As fontes utilizadas para a realização desse trabalho foram 14 entrevistas com os policiais que trabalhavam ou trabalharam na Força Tarefa do Presídio Central, levantamento histórico e jornalístico sobre o período da implantação da Força Tarefa, além de bibliografia relacionada ao tema.

### Palavras-chave

Polícia, presídio, polícia militar, Porto Alegre, Presídio Central.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **ABSTRACT**

Due to the large number of reports of human rights violations coupled with a series of rebellions, riots, attempts to escape, some resulting in deaths of hostages, police and grievances, the administration of the Central Prison of Porto Alegre passed into the jurisdiction of the Military Brigade, on July 25, 1995 - together with four other prison houses in Rio Grande do Sul. The emergency contract was scheduled for six months and then returned to the jurisdiction of Susepe (Superintendency of Correctional Services) but after more than 20 years the Military Brigade still administers the place - and the Jacuí State Penitentiary. There is, however, no specific training for police officers to carry out the work in the prison, with only those for the function of military police - mostly training for ostensive street policing. Currently, the Central Prison has capacity for 1,824 grievances, but houses 4,676. During the stay of the Military Brigade in the Central Prison much changed in the way the institution administered the place, the institution itself had to learn and adapt to perform the function. In recent years, policies to mediate conflicts - aimed at reducing damages and focusing on dialogue - which have harmed not only the prison system - security agents and grievances - have been implemented, but also the population. This paper proposes to present the results of research carried out in the Central Prison during the years 2015-2016, which analyzed the work of the military police, prison management and conflict resolution mechanisms of the Military Brigade in the Central Prison of Porto Alegre. The sources used to carry out this work were 14 interviews with the police officers who worked or worked in the Central Prison Task Force, a historical and journalistic survey about the period of implementation of the Task Force, as well as a bibliography related to the topic.

### **Keywords**

Police, prison, military police, Porto Alegre, Presídio Central.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### I. Introdução

No Brasil, desde a instituição da Lei de Execuções Penais (LEP, Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984), o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) é responsável pela fiscalização e apoio às unidades da federação em relação à administração dos estabelecimentos penais, além da administração das penitenciárias federais. De modo que cada unidade federativa é responsável por supervisionar e coordenar os estabelecimentos penais ali localizados, geralmente vinculados a uma secretaria ou superintendência específica para a realização dessa função. Também é previsto na LEP a existência de pessoal especializado para a administração desses estabelecimentos, os quais são vinculados a instituições separadas das outras instituições do sistema de justiça criminal, tais como: polícias, guardas municipais e órgãos do judiciário.

Apesar dessa distinção de funções prevista na LEP, o estado do Rio Grande do Sul possui, desde 1995, casas prisionais administradas pela Brigada Militar – a polícia militar estadual – sendo o único estado no país a utilizar forças policiais para administração e controle interno de estabelecimentos desse tipo. Atualmente, a Brigada Militar administra o Presídio Central de Porto Alegre<sup>1</sup> e a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), em Charqueadas. Todavia, também já administrou outros estabelecimento prisionais: a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC), a Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC), a Penitenciária Industrial de Caxias do Sul (PISC), a Penitenciária Modulada Estadual de Osório. A permanência da Brigada Militar nos presídios gaúchos, segundo o governo estadual, deve-se ao fato do estado não contar com o número necessário de agentes penitenciários para substituir os policiais militares.

Dessa forma, o Presídio Central, e também a PEJ, diferenciam-se de outras casas prisionais do estado e do Brasil por terem uma força policial na sua administração e controle interno. Por ser uma instituição alocada em uma função que não é de sua responsabilidade, não é possível tratar a gestão do estabelecimento apenas sob a ótica de policiais militares ou, por outro lado, de agentes penitenciários, sendo preciso analisar a gestão realizada por policiais militares exercendo a função de agentes penitenciários. Assim, há duas organizações diferentes que se misturam nesse contexto: a prisão e os seus atores – presos, agentes penitenciários, familiares, agentes de justiça – e a polícia militar.

<sup>1</sup> Atual Cadeia Pública de Porto Alegre.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de dezembro de 2014 no estado do Rio Grande do Sul havia uma taxa de ocupação de 472% das vagas para presos provisórios, 75% das vagas para o regime fechado e 113% das vagas do regime semiaberto<sup>2</sup>. Em relação à distribuição de raça e cor<sup>3</sup> dos presos no estado 65,86% eram brancos, sendo que na população os brancos representavam 79,76%. Já os negros e pardos representam 33,54% da população carcerária e 19,74% da população no estado. Quanto à faixa etária<sup>4</sup>, 20,75% dos presos possuíam entre 18 e 24 anos, 24,45% entre 25 e 29 anos, 21,58% entre 30 e 34 anos e 33,22% mais de 35 anos.

Por sua vez, o Presídio Central possuía em outubro de 2016 uma taxa de ocupação de 256%<sup>5</sup> das vagas, com 2.771 presos provisórios, 1.438 presos no regime fechado e 560 no regime semiaberto e aberto (apesar do estabelecimento ser destinado apenas para presos provisórios), totalizando 4.769 presos para 1.824 vagas, o que representa quase três presos por vaga. Em relação à cor, há 2.982 (62,5%) detentos que se declararam brancos e 1.807, 37%, pardos ou negros, percentual que se aproxima ao do contingente prisional do estado, mas não da população do RS. Há 1.957 (41%) presos com idade entre 18 e 24 anos e 1.053 (23%) entre 25 e 29 anos, a primeira faixa superando o percentual de presos mais jovens encontrados na população carcerária do estado.

Esse trabalho inclui parte dos resultados observados em pesquisa realizada entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, apresentada integralmente no trabalho intitulado “A Brigada Militar no presídio central de Porto Alegre: o trabalho do policial militar e a mediação de conflitos” (PASSOS, I. C., 2016). Assim, os objetivos desse trabalho são discutir como se dá o papel da Brigada Militar, como instituição, e do policial militar, enquanto profissional, dentro do Presídio Central de Porto Alegre.

## II. Metodologia

2 BRASIL, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen – dezembro 2014, 2015. Não há dados sobre a ocupação de vagas para o regime aberto.

3 Apenas 92,6% dos detentos do estado possuíam informações sobre cor e raça.

4 Apenas 91,3% dos detentos do estado possuíam informações sobre idade.

5 SUSEPE. Presídio Central de Porto Alegre. Disponível em: [http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_menu=203&cod\\_conteudo=21](http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=203&cod_conteudo=21). Último acesso em 4 de janeiro de 2017.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A pesquisa foi realizada entre setembro de 2015 e dezembro de 2016 no Presídio Central de Porto Alegre e teve um enfoque de tipo qualitativo, principalmente por meio de entrevistas semiestruturadas com policiais militares que trabalhavam em setores desse estabelecimento e pela observação, durante as visitas ao local que contribuíram para a coleta de informações para a compreensão do funcionamento da casa prisional e da relação entre os policiais militares e os apenados, embora estes últimos não tenham sido entrevistados. Também foi efetuada pesquisa documental em documentos oficiais e jornalísticos. As entrevistas foram realizadas a partir de três roteiros semiestruturados, em momentos diferentes da pesquisa: campo exploratório (duas entrevistas), trabalho de campo (onze entrevistas) e finalização da pesquisa (uma entrevista). Assim, alguns resultados são apresentados ora com base no trabalho de campo ora com base no trabalho de campo e as demais fases (as entrevistas consideradas na referida análise são identificadas por notas de rodapé).

Os entrevistados possuíam as seguintes patentes: oito soldados, três sargentos, um tenente, um capitão e um tenente-coronel. Em relação a período de inclusão na Brigada Militar: um incluiu na década de 1980, seis na década de 1990 e sete na década de 2000. Um policial havia ido pela primeira vez para a Força Tarefa do Presídio Central entre 1995 e 1999, três entre 2000 e 2009 e dez entre 2010 e 2015. Em relação ao tempo de trabalho no estabelecimento (somado todos os períodos de atividades no local): seis estavam por um período de até dois anos, cinco entre dois e quatro anos e três entre quatro e oito anos. Por fim, em relação a população da cidade de origem (Batalhão vinculado) do policial: dois eram provenientes de cidades com até 50 mil habitantes, quatro de cidades entre 50 mil e 100 mil habitantes, seis de cidades entre 100 mil e 500 mil habitantes e dois de cidades com mais de 500 mil habitantes. Posteriormente, todos os documentos e entrevistas (transcritas) foram analisados utilizando o *software* Nvivo 10.

### III. Marco teórico

A padronização de relações sociais, culturais e econômicas que surge em diversos países no final do século XX resultou, para David Garland (2008), em uma nova forma de reagir ao delito pela população em geral. A partir desse fenômeno, há a criação de novas práticas e mecanismos de



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

prevenção para além do setor público e o controle do crime passa a extrapolar o âmbito do sistema penal, através, por exemplo, de empresas de segurança privada ou por grupos de vigilância do bairro. Há também a reinvenção das prisões, não mais vistas como mecanismo de ressocialização, mas como uma forma efetiva de punição e incapacitação do indivíduo, satisfazendo as demandas políticas por segurança pública e retribuição severa. O discurso político clama pelo aumento do Estado penal, por meio do endurecimento e prolongamento das penas e do aumento do número de prisões. (Garland, 2008)

A prisão é um aparelho completo e exaustivo, com os princípios do isolamento e trabalho, além de servir como instrumento de modulação da pena. Apesar de sua função, a prisão não deixa de produzir delinquentes, e nem o pode, pois da forma que os mantêm possibilita a reprodução da criminalidade e da reincidência. Dessa forma, a prisão não diminui as taxas de criminalidade e não impossibilita a reincidência – os egressos estarão sempre estigmatizados, sob vigilância constante da polícia e da sociedade, tornando-os conhecidos tanto pelas agências de justiça criminal quanto da própria sociedade. (Foucault, 2010)

Segundo Goffman (2010), na sociedade são estabelecidos os meios de categorizar as pessoas e, conseqüentemente, os atributos considerados comuns e naturais para essas categorias, chamados de expectativas normativas. Os indivíduos que não satisfazem os atributos dessas categorias podem ser considerados por outras pessoas como incomuns ou como “estragados”. Goffman denomina tal processo de estigmatização.

Os métodos que viabilizam o controle meticuloso das operações do corpo através da sujeição constante de suas forças, impondo-lhe relação de docilidade-utilidade são denominados de disciplinas por Foucault (2010). Diferentemente dos processos disciplinares que já existiam nos conventos, exércitos e oficinas, as disciplinas tornaram-se fórmulas gerais de dominação ao longo do século XVII e XVIII.

Para Foucault (2010), o papel da vigilância da polícia só funciona se unida com a prisão, pois possibilitaria colocar os infratores em um mesmo local, em contato uns com os outros, de forma que seria mais fácil para o Estado controlá-los. Assim, “prisão e polícia formam um dispositivo geminado; sozinhas elas realizam em todo o campo das ilegalidades a diferenciação, o



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

isolamento e a utilização de uma delinquência” (Foucault, 2010, p. 267). Formando uma engrenagem: a vigilância da polícia fornece à prisão os infratores que serão transformados em delinquentes, alvos do controle policial, que regularmente envia alguns desses delinquentes de volta à prisão.

Dessa forma, a Brigada Militar no cenário do Presídio Central, representaria o ápice da união entre essas duas instituições, a engrenagem polícia-prisão referida por Foucault (2010), de modo que se encontram e se complementam imbuídos no mesmo papel: controlar as ilegalidades e delinquências.

#### **IV. A Brigada Militar no Presídio Central de Porto Alegre**

Em 1987 – durante motim realizado no Instituto de Biotipologia Criminal (IBC), prédio anexo ao Presídio Central, no mesmo complexo – foi confirmada a formação do grupo criminoso Falange Gaúcha<sup>6</sup>, primeiro grupo relacionado ao tráfico de drogas reconhecido em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, através de um pacto entre assaltantes de banco e traficantes de drogas, presos ou em liberdade, que combinaram a arrecadação de fundos para financiar fugas, comprar drogas para revenda e obter vantagens dentro dos presídios, principalmente no Presídio Central. O dinheiro proveniente do tráfico de drogas financiaria armas para assaltantes de bancos que, por sua vez, comprariam drogas para serem revendidas pelos traficantes. O não cumprimento do acordo – não pagamento de dívidas, delação de companheiros, descumprimentos de ordens – era passível de punição, como a morte. (Dornelles, 2008; Cipriani, 2016)

No início da década de 1990, intensificou-se a guerra entre os dois grupos da Falange Gaúcha, sob a liderança de Melara<sup>7</sup> (assaltantes) e Jorginho da Cruz (novo líder do tráfico de drogas ilícitas no Morro da Cruz), pela hegemonia nos presídios e na rede de tráfico no Morro da Cruz e na Vila Maria da Conceição (bairro de Porto Alegre), resultando na morte de diversos nomes importantes para o crime organizado do estado e na intensificação de assaltos a bancos e comércios,

<sup>6</sup> Inspirada na Falange Vermelha, criada no Rio de Janeiro na década de 1970.

<sup>7</sup> Dilonei Francisco Melara, ex-agricultor, nascido em São José do Ouro, líder de quadrilha de roubo a banco, uma das lideranças da Falange Gaúcha, liderou o maior motim e fuga com reféns da história de Porto Alegre, em 1994, no Presídio Central, o que resultou na invasão do Hotel Plaza São Rafael, o mais luxuoso da cidade, durante a fuga. Foi encontrado morto em 2005, após fugir da PEJ.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

que financiariam as ações dos grupos. Em 1991, durante uma rebelião no Presídio Central, seis presos morreram carbonizados dentro do Pavilhão C. Alguns eram provisórios e outros com condenações por crimes diferentes, o que sinalizou problemas na alocação dos presos naquela casa prisional. (Dornelles, 2008)

Em 8 de julho de 1994 oito presos amotinaram-se no Hospital Penitenciário, fazendo vinte e sete funcionários do hospital de reféns, no maior motim com reféns seguido de fuga do estado, implicando num tiroteio dentro de um dos hotéis mais caros de Porto Alegre. Exigiram a transferência de Melara da PASC para o Presídio Central de Porto Alegre. A exigência foi atendida e os amotinados, junto com Melara, fugiram em três carros. Um policial e três presos foram mortos na perseguição e troca de tiros. Dois reféns ficaram gravemente feridos, com sequelas permanentes.<sup>8</sup>

No Carnaval de 1995, 27 de fevereiro, quarenta e cinco presos do Presídio Central fugiram – dando início a uma caçada em Porto Alegre – e presos do pavilhão D rebelaram-se contra as medidas de reforço implementadas pela segurança e contra o desmantelamento de quadrilhas de assaltantes de banco. Na noite após a fuga vinte e três fugitivos já haviam sido capturados, os outros foram presos nas semanas seguintes. Após a fuga o então governador, Antônio Britto, anunciou que o Presídio Central seria desativado até 1998, no final do seu mandato, e seria substituído por dez prisões menores. (Dornelles, 2008)

Após o agravamento da situação nos presídios a partir de 1987, incluindo denúncias de corrupção e maus tratos por parte dos agentes penitenciários e do fortalecimento de grupos criminosos, o então secretário estadual de Justiça e Segurança, José Fernando Cirne Lima Eichenberg, através da Portaria nº11, de 26 de julho de 1995, criou a Força Tarefa dos presídios e penitenciárias no estado, denominada de Operação Canarinho, transferindo a administração das quatro maiores casas prisionais e do Hospital Penitenciário para oficiais da Brigada Militar<sup>9</sup>, subordinados diretamente à Susepe<sup>10</sup>. Seriam enviados para os cinco estabelecimentos 500 policiais

<sup>8</sup> ASSASSINATOS AGITAM presídios. Zero Hora, Porto Alegre, Editoria Geral, 6 de abril de 1992. Disponível em: Centro de Documentação e Informação da Zero Hora.

<sup>9</sup> Essa portaria vem sendo renovada a cada 180 dias desde então, através de publicação no Diário Oficial do Estado.

<sup>10</sup> Superintendência de Serviços Penitenciários, órgão estadual responsável pela administração dos estabelecimentos prisionais no estado.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

militares, responsáveis pela guarda interna, externa e pela administração. A portaria teria prazo de 180 dias, podendo ser prorrogado por mais 180 dias, tempo em que seriam formados mais agentes penitenciários. A Susepe deveria, nesse período: reordenar a sua estrutura organizacional, estabelecer novo plano de carreira, reavaliar a escala e condições de trabalho, redefinir as práticas institucionais para o regime fechado, semiaberto e aberto, reformular o conteúdo dos cursos de formação e promover cursos de revisão da prática institucional.

Como era de caráter emergencial, a troca da administração não aconteceu por meio de uma transição gradual – apenas ocorreu uma troca de efetivo – e a Brigada Militar não possuía nenhuma experiência na administração de presídios e no tratamento dos presos. Nos primeiros anos da gestão da Brigada Militar ainda aconteceram algumas tensões e conflitos dentro dessas casas prisionais. Segundo um dos entrevistados, a Brigada Militar teria, na época, característica de tropa de choque e demorou para começar a implementar a ideia de mediação de conflitos. Ao longo desses vinte e um anos na administração de estabelecimentos penais, a instituição ganhou experiência e modificou a sua ação ao longo do tempo, passando também a prezar cada vez mais pela negociação com os presos.

Porém, uma das primeiras mudanças que foram efetuadas pela Brigada Militar nos estabelecimentos prisionais por ela administrados foi a separação dos grupos criminosos por galerias, atendendo a recomendações de organizações de Direitos Humanos, tais como a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Posteriormente, separou por momento processual – provisórios e condenados – e por tipos de crime, como os criminosos sexuais. Mais recentemente, em 2009, foi criada a galeria para os presos homossexuais e travestis que apesar de mantê-los separados lhes garante segurança.

A Brigada Militar também teve participação direta na constituição da facção “Os Brasas”, atualmente denominados “Unidos Pela Paz”, em meados de 1997. Foi uma forma encontrada pela administração de seguir as orientações de espacialização, mas mantendo um certo controle. Em acordo firmado com um preso de confiança da administração, Valmir Pires (conhecido como Brasa), a gestão lhe cedeu um pavilhão, onde poderia levar presos de sua confiança e não ser rigorosamente monitorado. Em troca, o pavilhão seria mantido limpo e organizado e não ocorreriam



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

tentativas de fuga, rebeliões e motins (Cipriani, 2016). Era também uma tentativa de enfraquecer o grupo de Melara, desde então conhecido como “Os Manos”, já que desde a morte de Jorginho da Cruz, em 1996, esse grupo tornara-se amplamente dominante.

De fato, os policiais entrevistados que haviam trabalhado em períodos anteriores em estabelecimentos administrados pela Brigada Militar relataram que percebiam a mudança nas gestões ao longo dos anos e também no comportamento dos próprios presos em relação à administração. Um dos entrevistados trabalhou na PASC na primeira gestão da Brigada Militar, em 1995. Segundo ele, na época os presos demonstraram resistência na implementação do modelo militar nas instituições e que agora que estava trabalhando no Central, ouvira muitos presos dizerem que “o dia que a Brigada sair do presídio, a cadeia vai pegar fogo” – o que, para ele, ocorre porque a instituição se diferencia em relação ao tratamento do preso e que em tudo que precisa realizar o faz o mais rápido possível, não causando descontentamento entre os presos e evitando, assim, conflitos maiores. Um outro policial havia trabalhado na PEJ em 2000, cinco anos após a intervenção da Brigada Militar. Segundo ele, agora os presos estariam muito menos violentos, devido a uma humanização ao longo dos anos da Brigada Militar no tratamento dos presos, mas também porque anteriormente os presos detinham o poder nas prisões e a Brigada Militar o havia retomado, fato que os presos demoraram a aceitar. Essa possibilidade de diálogo com os presos também passou a ser viável após a morte de Melara, o líder da facção “Os Manos”, que sempre pregara para seus aliados e apoiadores que, por não serem aceitos pela sociedade não deveriam aceitá-la e, portanto, não deveria haver diálogo com a polícia ou com a administração prisional (Cipriani, 2016).

Atualmente, a Força Tarefa dos presídios permanece no Presídio Central de Porto Alegre e na Penitenciária Estadual de Jacuí. Em 2009, a CPI do sistema carcerário, após visita ao Presídio Central<sup>11</sup>, no relatório final classificou o local como o pior presídio do país, especialmente após a visita às galerias superiores do pavilhão C, devido a “superlotação, insalubridade, arquitetura prisional, ressocialização por meio do Estado e do trabalho, assistência médica e maus-tratos” (Câmara dos Deputados, 2009, p. 482). Nesse mesmo ano, o pavilhão foi interditado e foi iniciada uma reforma, que não chegou a ser concluída, pois em 2014 o então governador Tarso Genro, iniciou o processo de demolição do Presídio Central, mas demoliu apenas o Pavilhão C. Os presos

<sup>11</sup> A visita foi realizada em 2008, como consta no relatório final da CPI.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

que haviam sido remanejados para outros estabelecimentos prisionais tiveram que retornar ao Presídio Central, porém, agora mais superlotado, já que com um pavilhão a menos<sup>12</sup>. O citado governador não foi reeleito ao cargo.

Um dos temas recorrentes nas entrevistas foi a diferenciação do trabalho do policial militar com o de carcereiro. Vários pontos foram mencionados pelos policiais militares entrevistados, mas o fato de se sentirem mais seguros no trabalho no presídio, comparado com o trabalho da rua, uma das questões mais apontadas. Segundo eles, enquanto o trabalho do policial militar é apontado como imprevisível, pois não sabem quando irão abordar alguém ou quando haverá alguma ocorrência, o trabalho prisional é apontado como mais seguro – apesar de tenso e terem que estar sempre atentos para não serem surpreendidos – devido à 1) estrutura interna de segurança que a Brigada Militar garante; 2) a confiança na equipe e nos colegas que estarão atentos a qualquer situação em que possam perder o controle, estando treinados para agir em situações críticas, e 3) pelos presos estarem, em princípio, desarmados.

Foi apontado também uma diferença no tratamento que o policial tem com as pessoas que aborda na rua (o “bandido”) e com os presos no presídio. Há nos relatos a presença de um antagonismo muito forte entre policial e bandido e, por outro lado, uma relação mais próxima entre o carcereiro da FT e o preso, sendo que alguns policiais mencionaram que havia uma relação de respeito mútuo entre os policiais e a massa carcerária; outros, ainda, que tinham contato direto com os jalecos, relataram um trabalho em conjunto, quase como uma equipe.

Em uma das observações, um dos policiais, que estava no presídio fazia apenas algumas semanas, relatou que na rua o policial aprende a “ferrar” o bandido e que ali tinha que aprender a “cuidar” deles. Outros comentaram que o trabalho era muito mais de assistência aos presos e aos familiares do que semelhante ao realizado pelo policial militar. No trabalho de campo foi observado na fala de alguns policiais que consideravam que estavam mais preparados do que os agentes penitenciários, pois recebiam um treinamento mais completo, sendo o treinamento do agente penitenciário parte do realizado pelos policiais militares. Assim, o policial militar seria até mais capaz do que os agentes penitenciários para realizar o trabalho em uma casa prisional.

---

<sup>12</sup> Metade do pavilhão C continua em pé, pois não caiu por completo após a demolição, sendo foco de pragas e doenças.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

De fato, nove dos treze policiais entrevistados relataram não considerarem necessário um treinamento específico para trabalhar no Presídio Central, pois 1) o policial militar é capaz de se adaptar à qualquer situação e trabalhar no que lhe for solicitado, estando acostumado a situações de estresse e de muita intensidade; 2) quando chegam no Presídio Central os policiais que ali estão há mais tempo vão ensinando o serviço; 3) o treinamento e experiência que possuem do trabalho anterior na Brigada Militar já seriam suficientes para o trabalho ali; 4) trabalhar no presídio não é a função da Brigada Militar.

### **V. Conclusões**

O relatório da CPI do Sistema Carcerário, publicado em 2009, é muito presente na fala dos policiais militares, ainda que apenas dois dos entrevistados estivessem no Presídio Central quando da publicação do mesmo. Há, portanto, uma tentativa de mudar a definição de “pior presídio do país”, tanto que um dos entrevistados relatou que teria sido bom ter saído aquele relatório, pois havia alertado a FT para a necessidade de melhorias no local. É notória a preocupação da administração com o que aparece na mídia sobre o Presídio Central (nas conversas que presenciei, nas salas em que aguardava realizar as entrevistas, por diversas vezes ouvi reclamações concernentes a matérias na mídia que não mostrariam a realidade do Presídio Central, muitas com informações que desvalorizariam o trabalho dos policiais) e em como os presos avaliam a atual gestão.

A CPI, portanto, também teria auxiliado que as administrações posteriores se tornassem mais propensas para a realização de pesquisas no local, caracterizando um diálogo com a universidade, pois as pesquisas externas auxiliariam a administração a ver o que ela não era capaz de observar, mostrando uma outra visão, o que auxiliou a realização dessa pesquisa e outras que presenciei sendo realizadas no local. Esse diálogo também se reflete na relação com a comunidade que vive em torno do Presídio Central, foi referida a preocupação com o impacto que o Presídio Central tem no bairro – na rede de esgoto, rede elétrica e insegurança, por exemplo – sendo destacada a comunicação constante com os representantes do bairro. Por outro lado, há no discurso dos entrevistados a referência de que os meios de comunicação não mostrariam as melhorias do



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Presídio Central e o esforço do trabalho dos policiais, mas só os pontos negativos da situação que o estabelecimento se encontrava (superlotação, situação precária dos presos, péssima estrutura), sendo visível a carência de reconhecimento dos policiais da FT.

A missão dada para a Brigada Militar, quando em 1995 passou a administrar os quatro maiores presídios do estado (e o Hospital Penitenciário), era a de solucionar a situação caótica em que se encontravam as casas prisionais e, para tanto, precisariam estancar as fugas e acabar com as rebeliões. Seria este, então, o papel do policial militar. No começo, em 1995, adentrou como “tropa de choque”, conforme relatada pelos policiais que presenciaram o momento da troca, mas com o tempo percebeu que a negociação com os presos seria mais vantajosa, para ambos os lados e então a corporação se adaptou. Por outro lado, como também observado por Cipriani (2016), a maior parte do diálogo entre a Brigada Militar e a massa carcerária passou a ser realizada com os representantes de galerias, neste contexto, a punição não é mais realizada pela Brigada Militar para com o indivíduo preso, mas através da comunicação da Brigada Militar com o representante que irá tomar providências dentro da gestão da galeria.

A negociação com os presos traria, então, benefícios tanto para os apenados quanto para os policiais. Para as facções, a separação dos grupos entre as galerias é vantajosa por conseguirem manter o controle, possibilitando a obtenção de recursos para a organização, desde a venda de produtos obtidos na cantina, venda de drogas, de segurança para os apenados, até a entrada de eletrodomésticos na galeria, além de conseguirem manter a organização de atividades fora do presídio. A superlotação, nesse sentido, é lucrativa para as facções (CIPRIANI, 2016). Desse modo, a pacificação do estabelecimento também interessa aos grupos que se organizam, pois parecem ter percebido, ao longo dos anos, que realizar rebeliões e tentativas de fuga os atrapalha – não recebem visitas, estanca o fluxo de drogas, perdem o controle da galeria, por exemplo.

Para a Brigada Militar, devido à superlotação e, portanto, à impossibilidade de entrar nas galerias constantemente, e à falta de recursos para a realização do trabalho, como relatado pelos entrevistados, a presença de grupos dominantes nas galerias e de presos trabalhadores substituiria algumas funções do Estado: na distribuição da comida, na segurança interna das galerias, na manutenção da ordem, na abertura e fechamento das celas. Nesse caso, a própria Brigada Militar, na



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

figura da administração da casa, também substitui o papel do Estado, ainda que o represente com o auxílio de alguns presos trabalhadores, os únicos que têm contato diretamente com os policiais.

## **VI. Bibliografia**

Câmara dos Deputados, Brasília. (2009). Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário (relatório final). Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2701>.

Cipriani, M. (2016). Do global ao local: A emergência das “facções criminais” no Brasil e sua manifestação em Porto Alegre. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Dornelles, R. (2008). Falange gaúcha: o Presídio Central e a história do crime organizado no RS. Porto Alegre: RBS Publicações.

Foucault, M. (2010). Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes.

Garland, D. (2008). A cultura do controle: crime e ordem na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan.

Goffman, E. (2010). Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva.

Passos, I. (2016). A Brigada Militar no Presídio Central de Porto Alegre: o trabalho do policial militar e a mediação de conflitos. Trabalho de conclusão de curso, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.